



MEDIBROKER – CORRETOR E CONSULTOR DE SEGUROS, SA.

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO REFERENTE AO ANO 2014

No cumprimento da lei e dos estatutos da empresa, a administração da MEDIBROKER – CORRETOR E CONSULTOR DE SEGUROS, SA., apresenta aos senhores Accionistas o relatório de gestão correspondente à actividade desenvolvida durante o ano 2014.

1. INTRODUÇÃO

A evolução dos negócios da nossa empresa durante o ano de 2014, decorreu no quadro de uma importante reestruturação, ajustando o quadro de pessoal ao volume da carteira gerida.

Esta redução significativa da estrutura de custos permitiu o regresso da MEDIBROKER à geração de resultados positivos.

A reestruturação foi executada de forma a não afectar o nível de serviço prestado aos nossos clientes, nem a capacidade de desenvolvimento de negócio. Focou-se, apenas, na eliminação de estruturas incapazes de apresentar retorno positivo face ao investimento efectuado.

Terminamos o ano de 2014 com os seguintes indicadores de desenvolvimento comercial:

A MEDIBROKER, geria, em 31 de Dezembro de 2014 a carteira de seguros de 783 empresas e 2.003 clientes particulares (maioritariamente ligados às empresas nossas clientes).



Durante o ano de 2014 celebramos 894 novos contractos de seguro, num montante de prémios totais que ultrapassou os 901 mil euros e que, face a 2013, representa um crescimento de 3% na captação de novos negócios.

2 ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

2.1 PROVEITOS

A actividade de corretagem de seguros a que a nossa empresa se dedica em exclusividade ficou marcada no exercício de 2014 pela evolução das receitas geradas e efectivamente cobradas, expressa no quadro abaixo

(valores em euros)

ANO	RECEITAS	TAXA DE EVOLUÇÃO
2013	790.636,45	
2014	741.625,62	- 6,2%

A MEDIBROKER procede à colocação e gestão dos contratos nas seguradoras que a todo o momento apresentam uma oferta que, ao nível do binómio qualidade/preço, se revela como a mais adequada à satisfação das expectativas dos clientes. Por tal facto e no sentido de também poder dispor de uma ampla cobertura das tendências do mercado segurador a MEDIBROKER operou em 2014, numa base regular, com 29 companhias de seguros presentes ou representadas em PORTUGAL.

Por outro lado a MEDIBROKER tem executado um programa consistente de dispersão da carteira de seguros sob a nossa gestão, por um número de seguradoras, adequado a que, com independência perante as mesmas, possamos oferecer em permanência aos nossos clientes propostas competitivas.

2.2 CUSTOS

Os custos correntes da nossa empresa apresentaram, face ao período anterior a seguinte evolução:

4 RESULTADOS

O resultado das operações da MEDIBROKER em 2014, traduziu-se por um lucro antes de impostos no montante de 16.307,88 euros e que após impostos é de 3.394,32 euros,

O Administrador único propõe aos Srs. Accionistas que o Resultado Líquido seja aplicado como segue:

Em Resultados Transitados	3.394,32 euros
---------------------------	----------------

5 PERSPECTIVAS FUTURAS

A MEDIBROKER mantém, permanentemente, o propósito de conquista de uma posição de mercado cada vez mais saliente baseada na captação de novos clientes empresariais e crescimento da sua base de clientes.

A MEDIBROKER procede à avaliação permanente dos resultados do seu programa de crescimento e sustentação do negócio tendo executado em 2014 ajustamentos na sua estrutura operacional e dos recursos afectos, eliminando áreas operacionais que revelaram um contributo insuficiente para os objectivos de crescimento e rentabilidade a que nos propusemos.

Nesta data formamos a convicção de que em 2015, continuaremos com a melhoria da eficiência na utilização dos recursos afectos e logo da redução, em valor absoluto, dos custos operacionais.

6 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO





Desde a data a que reportam as Demonstrações Financeiras e o momento actual, não ocorreram factos que de alguma forma possam desvirtuar ou alterar a informação económica e financeira que se pretende prestar a todos os interessados.

7 OUTRAS DECLARAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existem dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social.

De acordo com o disposto na alínea d) do nº 5 do artº 66 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a sociedade não adquiriu ou alienou acções próprias durante o exercício de 2013, pelo que o número destas, à data do encerramento era nulo.

Uma palavra de apreço às seguradoras com as quais, independentemente de base de negócios existente, mantivemos ou encetamos parcerias que permitiram concretizar uma estratégia de conquista de novos clientes.

Terminamos endereçando os nossos agradecimentos a todos os colaboradores que estão connosco, pela forma como acolheram os desafios que a empresa assumiu.

GAIA, 28 — 02 — 2015

O Administrador

MEDIBROKER - Corretor e Consultor de Seguros, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	0	741 625,62	790 636,48
Subsídios à exploração	0	85,63	
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0		
Variação nos inventários da produção	0		
Trabalhos para a própria entidade	0		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0		
Fornecimentos e serviços externos	0	-169 747,95	-223 370,77
Gastos com o pessoal	0	-490 275,50	-563 561,40
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	0		
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	0		-20 800,55
Provisões (aumentos / reduções)	0		
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	0		
Aumentos / reduções de justo valor	0	1,06	
Outros rendimentos e ganhos	0	2 610,40	4 420,14
Outros gastos e perdas	0	-25 240,06	-68 136,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		59 059,18	-80 812,76
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	0	-20 819,38	70 928,67
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	0		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		38 239,80	-9 884,09
Juros e rendimentos similares obtidos	0		
Juros e gastos similares suportados	0	-21 931,92	-19 392,65
Resultados antes de impostos		16 307,88	-29 276,74
Imposto sobre o rendimento do período	0	-12 913,56	8 732,92
Resultado líquido do período		3 394,32	-20 543,82
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período	0		
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe	0		
Interesses minoritários	0		
Resultado por acção básico	0		-0,41

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas



BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RÚBRICAS		NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA (€)	
			DATAS	
			31 DEZ 2014	31 DEZ 2013
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	0		105 423,59	120 921,07
Propriedades de investimento	0			
Goodwill	0			
Activos intangíveis	0		129 021,44	131 966,69
Activos biológicos	0			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	0			
Participações financeiras - outros métodos	0			
Accionistas / sócios	0		2 030,00	950,00
Outros activos financeiros	0		69,07	
Activos por impostos diferidos	0		10 732,69	15 072,01
			247 276,79	268 909,77
Activo corrente				
Inventários	0			
Activos biológicos	0			
Clientes	0		52 832,88	67 344,67
Adiantamentos a fornecedores	0		1 803,25	1 603,25
Estado e outros entes públicos	0		7 947,53	6 521,78
Accionistas / sócios	0			
Outras contas a receber	0		38 688,69	54 438,22
Diferimentos	0		11 469,14	17 804,02
Activos financeiros detidos para negociação	0			
Outros activos financeiros	0			
Activos não correntes detidos para venda	0			
Caixa e depósitos bancários	0		192 902,96	107 012,88
			305 454,45	254 724,82
Total do activo			552 731,24	523 634,59
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	0		50 000,00	50 000,00
Ações (quotas) próprias	0			
Outros instrumentos de capital próprio	0			
Prémios de emissão	0			
Reservas legais	0		10 000,00	10 000,00
Outras reservas	0		61 316,76	61 316,76
Resultados transitados	0		-85 100,82	-64 556,80
Ajustamentos em activos financeiros	0			
Excedentes de revalorização	0			
Outras variações no capital próprio	0			
Resultado líquido do período	0		3 394,32	-20 543,82
Interesses minoritários	0			
Total do capital próprio			39 610,46	36 216,14
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	0			
Financiamentos obtidos	0		51 354,25	70 748,86
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0			
Passivos por impostos diferidos	0			
Outras contas a pagar	0			
			51 354,25	70 748,86
Passivo corrente				
Fornecedores	0		7 629,35	8 009,12
Adiantamentos de clientes	0		2 760,83	7 996,56
Estado e outros entes públicos	0		24 174,87	33 576,03
Accionistas / sócios	0			
Financiamentos obtidos	0		225 000,00	210 000,00
Outras contas a pagar	0		202 201,48	157 087,88
Diferimentos	0			
Passivos financeiros detidos para negociação	0			
Outros passivos financeiros	0			
Passivos não correntes detidos para venda	0			
			461 766,53	416 689,59
Total do passivo			513 120,78	487 416,45
Total do capital próprio e do passivo			552 731,24	523 634,59

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

MEDIBROKER - Corretor e Consultor de Seguros, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(UNIDADE MONETÁRIA (1))

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	0	756 137,41	810 159,82
Pagamentos a fornecedores	0	170 127,72	221 791,07
Pagamentos ao pessoal	0	445 161,90	466 274,28
Caixa gerada pelas operações		140 847,79	122 094,47
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	0	-8 977,48	-7 937,80
Outros recebimentos / pagamentos	0	-23 319,47	-221 946,49
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		108 550,84	-107 789,82
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	0	4 812,38	4 112,62
Activos intangíveis	0	728,04	403,44
Investimentos financeiros	0		
Outros activos	0		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	0	5 500,00	1 618,40
Activos intangíveis	0		
Investimentos financeiros	0		
Outros activos	0		
Subsídios ao investimento	0		
Juros e rendimentos similares	0		
Dividendos	0		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-40,42	-2 897,66
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	0	275 000,00	487 505,35
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		
Cobertura de prejuízos	0		
Doações	0		
Outras operações de financiamento	0		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	0	279 394,61	477 308,52
Juros e gastos similares	0	21 931,92	19 658,67
Dividendos	0		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		
Outras operações de financiamento	0		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-26 326,53	-9 461,84
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		82 183,89	-120 149,32
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		107 012,88	227 162,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período		192 902,96	107 012,88

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2014

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE															UNIDADE MONETÁRIA (1)	
DESCRIÇÃO	N	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultados transferidos	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
Posição no início do período 2013	0	50.000				10.000	61.316				-5.718	-7.360	98.759		96.759	
Alterações no período																
1ª Adopção Referencial Contabilístico	0															
At. Políticas Contabilísticas	0															
Dif. Conv. Demonstrações Financeiras	0															
Real. Exc. Reav. At. Fixos Tangíveis/Intangíveis	0															
Exc. Rev. At. Fixos Tangíveis/Intangíveis	0															
Ajust. Impostos Diferidos	0															
Outras At. Capital Próprio	0															
Resultado líquido do período	0										-7.360	7.360				
Resultado integral	0										-7.360	7.360				
Oper. c/ detentores de cap. próprio no período																
Realizações de capital	0															
Realizações de prêmios de emissão	0															
Distribuições	0															
Entradas para cobertura de perdas	0															
Outras operações	0															
Posição no fim do período 2013	0	50.000				10.000	61.316				-64.556	-20.543	36.216		36.216	
Alterações no período 2014																
1ª Adopção Referencial Contabilístico	0															
At. Políticas Contabilísticas	0															
Dif. Conv. Demonstrações Financeiras	0															
Real. Exc. Reav. At. Fixos Tangíveis/Intangíveis	0															
Exc. Rev. At. Fixos Tangíveis/Intangíveis	0															
Ajust. Impostos Diferidos	0															
Outras At. Capital Próprio	0															
Resultado líquido do período	0										-20.843	20.543	-100		-100	
Resultado integral	0										-20.843	20.543	-100		-100	
Oper. c/ detentores de cap. próprio no período																
Realizações de capital	0															
Realizações de prêmios de emissão	0															
Distribuições	0															
Entradas para cobertura de perdas	0															
Outras operações	0															
Posição no fim do período 2014	0	50.000				10.000	61.316				-65.200	3.108	36.224		36.224	

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



Gabriel de Contabilidade - Domingos Salvador, Lda



NOTAS ÀS CONTAS PARA O PERÍODO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

O Anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas normas de contabilidade e de relato financeiro.

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

Excepto quando mencionado outra unidade, os valores numéricos referidos nestas notas são apresentados em euros.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A sociedade **MEDIBROKER - Corretor e Consultor de Seguros, S. A.** (adiante designada apenas por Medibroker) é uma sociedade anónima, com sede na Rua Diogo Macedo, n.º 114, salas A e B, freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, concelho de Vila Nova Gaia, pessoa colectiva e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova Gaia, sob o n.º 501.108.530, tendo como actividade principal de actividades de mediadores de seguros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC (Sistema de Normalização Contabilística), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2014.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas, supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Medibroker, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras, são apresentadas na Nota 3.

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respectivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), conforme as disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas, respectivamente, nos Avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

2.3. Classificação dos activos e passivos

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

2.4. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.5. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas usadas na preparação das demonstrações financeiras individuais foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e são a seguir apresentadas.

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Medibroker, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis tendo em conta a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado com base no método da responsabilidade do balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada período é efectuada uma revisão dos impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.



3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros na Medibroker classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

3.3.1 Clientes e dívidas a receber

As dívidas de clientes e outras a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflectam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados do período em que sejam reconhecidas.

3.3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.3.3 Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e estão registadas pelo valor nominal.

3.3.4 Financiamentos obtidos

Os empréstimos de financiamento, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo). Pontualmente poderão ocorrer situações de mensuração pelo método do custo amortizável (valor nominal descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva), desde que o impacto financeiro decorrente dos diferimentos de pagamento seja considerado material. Tais transacções e saldos serão objecto de divulgação apropriada.

3.4. Rêdito e especialização dos exercícios

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Medibroker regista as suas receitas e despesas de acordo com o regime do acréscimo pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

3.5. Provisões, activos e passivos contingentes

Sempre que a Medibroker reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

3.6. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



3.7. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a Medibroker espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispendios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.8. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. No que concerne aos activos intangíveis com vida útil indefinida, os mesmos não são amortizados, mas sujeitos a testes de imparidade. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.9. Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Medibroker com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo



reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.10. Gestão do risco

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre um a seis meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais Clientes são entidades sem risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito. Optou-se por directrizes mais rígidas na atribuição de crédito.

3.11. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis
- Análises de imparidade, nomeadamente de activos intangíveis e de contas a receber

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.12. Férias e subsídios de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito até 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Assim, estas responsabilidades, quando existem, são registadas no período em que todos os colaboradores adquirem o respectivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo por liquidar à data da demonstração da posição financeira, relevado na rubrica de valores a pagar correntes.



3.13. Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.14. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.15. Alteração de políticas, estimativas e erros fundamentais

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

3.16. Partes relacionadas

Partes relacionadas são terceiros com quem existam relações que possam afectar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

A norma define as seguintes partes relacionadas: empresa-mãe, accionistas de referência e familiares próximos, subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas, pessoal chave da gestão da entidade ou da empresa-mãe e familiares próximos, e planos de benefícios pós-emprego.

3.17. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

- a) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento
- b) benefícios pós-emprego, referentes a contribuições para planos com pagamentos após o termo do emprego;
- c) outros benefícios a longo prazo, liquidáveis a mais de 12 meses, reconhecidos como gastos nos períodos em que são concedidos
- d) benefícios de cessação de emprego pagáveis em consequência da decisão da empresa em cessar o emprego de um funcionário antes da data normal de reforma ou da decisão de um funcionário de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios; são reconhecidos como gasto quando existe um plano formal detalhado para cessar o emprego e não existe possibilidade de o cancelar.



4. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

Rubrica	31-12-2014	31-12-2013
Numerário	72 493,96	40 616,12
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	120 409,00	66 396,78
Equivalentes a caixa:		
Descobertos bancários	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	192 902,96	107 012,88
Disponibilidades constantes da Demonstração da Posição Financeira:		
Depósitos bancários	120 409,00	66 396,78
Caixa	72 493,96	40 616,12
	192 902,96	107 012,88

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS E ERROS

5.1 Aplicação inicial de uma NCRF

Todas as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicadas no período de relato foram-no desde o período comparativo. No período de reporte não houve, assim, necessidade de aplicar pela primeira vez uma nova norma contabilística e de relato financeiro.

5.2 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas ou estimativas

Durante o período não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

5.3 Erros materiais de períodos anteriores

Não foram reconhecidos, por inexistentes, erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS**Remunerações do pessoal-chave da gestão**

Descrição	2014	2013
Benefícios de curto prazo	64 503,07	64 509,56
Benefícios pós-emprego		
Outros benefícios de longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Pagamento com base em acções		
Total	64 503,07	64 509,56

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

a) As amortizações do período foram calculadas tendo em consideração as seguintes vias úteis e taxas de amortização:

Activos intangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	6 anos	16,67%

b) Os elementos do activo intangível com vida útil definida são amortizados pelo método da linha recta. Os activos intangíveis sem vida útil definida, não são sujeitos a amortização, mas a testes de imparidade.

c) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf./Abate	Saldo final
Activos intangíveis					
Programas de computador	58 460,54	403,44			58 863,98
Propriedade industrial	5 643,75				5 643,75
Carteira de clientes	124 759,58				124 759,58
Outros activos intangíveis	3 630,00				3 630,00
	192 493,87	403,44			192 897,31
Depreciações					
Programas de computador	48 020,62	3 636,25			51 656,87
Propriedade industrial	5 643,75				5 643,75
Carteira de clientes	91 977,13			-91 977,13	0,00
Outros activos intangíveis	3 630,00				3 630,00
	149 271,50	3 636,25		-91 977,13	60 930,62
Valor líquido	43 222,37	-3 232,81		-91 977,13	131 966,69

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf./Abate	Saldo final
Activos intangíveis					
Programas de computador	58 863,98	728,04			59 592,02
Propriedade industrial	5 643,75				5 643,75
Carteira de clientes	124 759,58				124 759,58
Outros activos intangíveis	3 630,00				3 630,00
	192 897,31	728,04			193 625,35
Depreciações					
Programas de computador	51 656,87	3 673,29			55 330,16
Propriedade industrial	5 643,75				5 643,75
Carteira de clientes	0,00				0,00
Outros activos intangíveis	3 630,00				3 630,00
	60 930,62	3 673,29			64 603,91
Valor líquido	131 966,69	-2 945,25			129 021,44

As avaliações subjacentes aos testes de imparidade às carteiras de clientes, não conduziram ao registo de perdas por imparidade.

8. ACTIVOS TANGÍVEIS

a) Conforme foi referido na nota 3, os activos fixos tangíveis encontram-se mensurados de acordo com o método do custo, correspondendo a quantia escriturada ao seu custo deduzido de depreciações acumuladas e de quaisquer perdas por imparidade existentes.

b) Os elementos do activo fixo tangível são depreciados pelo método da linha recta.

c) As depreciações do período foram calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação:

Activos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	16 a 20 anos	5% a 6,25%
Equipamento básico	16 a 32 anos	3,125% a 6,25%
Equipamento de transporte	8 anos	12,50%
Equipamento administrativo	6 a 16 anos	6,25% a 16,67%
Outros activos fixos tangíveis	10 a 20 anos	5% a 10%

d) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf./Abate	Saldo final
Activos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	119 011,53				119 011,53
Equipamento básico	10 740,56			7 946,48	2 794,08
Equipamento de transporte	116 258,52		14 429,20		101 829,32
Equipamento Administrativo	153 686,87	4 112,62		45 465,31	112 334,18
Outros activos	14 553,10			3 007,31	11 545,79
	414 250,58	4 112,62	-14 429,20	56 419,10	347 514,90
Depreciações					
Edifícios e outras construções	68 431,63	2 713,46			71 145,09
Equipamento básico	10 550,50	95,11		7 946,48	2 699,13
Equipamento de transporte	58 225,88	7 401,83	5 110,35		60 517,36
Equipamento administrativo	123 771,97	6 518,33		45 465,31	84 824,99
Outras depreciações	9 731,09	683,48		3 007,31	7 407,26
	270 711,07	17 412,21	5 110,35	56 419,10	226 593,83
Valor líquido	143 539,51	-13 299,59	-9 318,85	0,00	120 921,07

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf./Abate	Saldo final
Activos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	119 011,53				119 011,53
Equipamento básico	2 794,08				2 794,08
Equipamento de transporte	101 829,32		25 310,30		76 519,02
Equipamento Administrativo	112 334,18	4 812,38			117 146,56
Outros activos	11 545,79				11 545,79
	347 514,90	4 812,38	-25 310,30		327 016,98
Depreciações					
Edifícios e outras construções	71 145,09	2 713,46			73 858,55
Equipamento básico	2 699,13	94,95			2 794,08
Equipamento de transporte	60 517,36	6 500,00	22 146,53		44 870,83
Equipamento administrativo	84 824,99	7 183,04			92 008,03
Outras depreciações	7 407,26	654,64			8 061,90
	226 593,83	17 146,09	22 146,53		221 593,39
Valor líquido	120 921,07	-12 333,71	-3 163,77		105 423,59

9. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2014, a Medibroker não possui bens em regime de locação financeira.



10. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Conforme é referido na nota 3, os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Gastos e perdas de financiamento	2014	2013
Juros suportados	21 931,92	19 392,65
Total	21 931,92	19 392,65

11. IMPARIDADE DE ACTIVOS

11.1. Quantia de perdas e reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período

Imparidades acumuladas	2014	2013
Dívidas a receber – Clientes		
Saldo a 1 de Janeiro	7 065,05	701,20
Perdas		7 065,05
Reversões		
Regularizações		-701,20
Saldo a 31 de dezembro	7.065,05	7 065,05
Dívidas a receber – Outros Devedores		
Saldo a 1 de Janeiro		
Perdas		13 735,50
Reversões		
Regularizações		-13 735,50
Saldo a 31 de dezembro	0,00	0,00

12. RÉDITO

12.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de vendas e serviços prestados, detalha-se como segue:

Descrição	2014	2013
Vendas		
Venda de mercadorias		
Vendas de produtos acabados e intermédios		
Vendas de subprodutos, desp., resíduos e refugos		
Soma		
Prestações de serviços		
Serviços	741 625,62	780 636,48
Serviços secundários	0,00	10 000,00
Soma	741 625,62	790 636,48
Total	741 625,62	790 636,48

13. PROVISÕES E GARANTIAS

No exercício não foram identificadas situações que dessem origem ao reconhecimento de provisões e /ou divulgações de activos ou passivos contingentes.

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**14.1. Principais componentes de gastos de impostos**

Descrição	2014	2013
Resultado antes de imposto	16 307,88	-29 276,74
Imposto corrente	-1 481,42	-1 304,45
Imposto diferido	-4 053,14	15 072,01
Imposto sobre o rendimento do período	-12 913,56	8 732,92
Tributações autónomas	-7 379,00	-5 034,64
Imposto a pagar	-6 324,72	-5 262,45

14.2. Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico

A Medibroker encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal de 17% da matéria colectável, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Medibroker de 2011 a 2014 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.



Demonstração do relacionamento entre o lucro contábilístico e os gastos/rendimentos de impostos		2014			2013		
		Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contábilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável (eis)	Resultado líquido do período	3 394,32			-20 543,82		
	Gastos/rendimentos de impostos	12 913,56			-8 732,92		
	Resultado antes de impostos	16 307,88			-29 276,74		
Ajustamentos para o lucro tributável (Diferenças definitivas)	A acrescentar	8 474,13			61 993,47		
	A deduzir	2 336,23			8 602,77		
	A acrescentar						
	A deduzir						
Lucro/ (Prejuízo fiscal)		22 445,78			24 113,96		
Dedução de perdas fiscais		15 712,05			18 085,47		
Matéria colectável/ colecta		6 733,73	17%	1 144,73	6 028,49	25%	1 507,12
Outras componentes do imposto	Tributação Autónoma	50 952,20	14,48%	7 379,00	58 623,31	8,59%	5 034,64
	Derrama	22 445,78	1,50%	336,69	24 113,96	1,50%	361,71
Imposto corrente		80 131,71	11,06%	8 860,42	88 765,76	7,78%	6 903,47

14.3 Diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos por impostos não usados:

		2014				2013			
		Datas de extinção do direito à dedução	Quantias das bases de incidência	Taxa	Activo reconhecido	Datas de extinção do direito à dedução	Quantias das bases de incidência	Taxa	Activo reconhecido
Perdas fiscais não usados	2009	2015	15 000,00	17,0%	2 550,00	2015	15 000,00	17,0%	2 550,00
Perdas fiscais não usados	2009	2015	36 277,66	21,0%	7 618,31	2015	51 989,71	23,0%	11 957,63
Perdas fiscais usados	2009	2015	15 712,05	23,0%	3 613,77	2015	18 085,47	23,0%	4 159,66
Total			66 989,71		13 782,08		85 075,18		18 667,29

Reconhecimento no período do activo por imposto diferido associado ao reporte de prejuízos ainda não utilizados, fruto da alteração da estimativa quanto à sua recuperabilidade.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Clientes e Outras contas a receber

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os saldos de "Clientes" e "Outras contas a receber" são registadas pelo valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflectam o seu valor realizável.

As rubricas de clientes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são detalhadas conforme segue:

Clientes	2014	2013
Activo		
Clientes conta corrente	52 832,88	67 344,67
Clientes de cobrança duvidosa	7 065,05	7 065,05
Soma	59 897,93	74 409,72
Perdas por imparidade acumuladas	-7 065,05	-7 065,05
Total líquido	52 832,88	67 344,67
Passivo		
Adiantamento de clientes	2 760,83	7 996,56
Total	50 072,05	59 348,11

As rubricas de outras contas a receber em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são detalhadas conforme segue:

Descrição	2014	2013
Devedores por acréscimos de rendimentos	430,73	583,51
Pessoal	1 292,04	1 292,04
Outros devedores	36 975,92	52 562,67
Total líquido	38 698,69	54 438,22

15.2 Financiamentos Obtidos

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, os empréstimos de financiamento, encontram-se registados pelo seu valor nominal (método do custo). Pontualmente poderão ocorrer situações de mensuração pelo método do custo amortizável (valor nominal descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva), desde que o impacto financeiro decorrente dos diferimentos de pagamento seja considerado material. Tais transacções e saldos serão objecto de divulgação apropriada.

Os financiamentos obtidos vencem juros a taxas de mercado e são totalmente denominados em euros.

Os financiamentos obtidos que vencem a médio e longo prazo (passivo não corrente), dizem respeito a um financiamento concedido pelo Banco Popular.

Descrição	2014		2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários				
BIC – Conta caucionada		40 000,00		40 000,00
B. Popular – C/ caucionada		185 000,00		170 000,00
B. Popular – MLP	51 354,25		70 748,86	
Participantes de capital				
Total líquido	51 354,25	225 000,00	70 748,86	210 000,00



15.3. Fornecedores e Outras contas a pagar

Tal como comentado na nota 3 deste anexo, os saldos de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são registadas ao valor nominal.

Aa rubricas de Fornecedores em 31 de dezembro de 2014 e 2013 tinha a seguinte composição:

Fornecedores	2014	2013
Activo		
Adiantamento a fornecedores	1 603,25	1 603,25
	1 603,25	1 603,25
Passivo		
Fornecedores conta corrente	7 629,35	8 009,12
	7 629,35	8 009,12

A rubrica de Outras Contas a pagar em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é detalhada conforme segue:

Descrição	2014	2013
Fornecedores de investimento		
Credores por acréscimos de gastos		
Ramunerações a liquidar	41 843,08	59 222,83
Juros a liquidar	3 379,77	3 269,70
Outros	5 086,22	1 464,16
Soma	50 309,07	63 956,69
Outros credores (inclui pessoal)	151 892,41	93 131,19
Total	202 201,48	157 087,88

15.4. Instrumentos de capital próprio

15.4.1. Capital social

O capital social da Medibroker está representado por cinquenta mil acções de acções ao portador, escriturais, de valor nominal unitário de um euro, cada, que conferem direito a dividendos.

15.4.2 Dividendos

Em 2014, tal como nos últimos anos, a Medibroker não distribuiu dividendos.

15.4.3. Resultados transitados

A Assembleia Geral Anual, realizada em 31 de março de 2014, relativa à aprovação de contas do período de 2013 deliberou que o resultado líquido negativo do período de 2013, de 20 543,82 euros, fosse mantido na rubrica resultados transitados.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos", detalha-se como segue:

Descrição	2014	2013
Activo		
Imposto sobre rendimento	7 947,53	6 482,02
Retenção de impostos sobre rendimento		39,76
Imposto sobre valor acrescentado		
Total	7 947,53	6 521,78
Passivo		
Imposto sobre rendimento	6 324,72	5 262,45
Retenção de impostos sobre rendimento	6 358,67	9 861,18
Imposto sobre valor acrescentado		2.300,00
Restantes impostos	20,50	
Contribuições para a segurança social	11 470,98	16 152,40
Total	24 174,87	33 576,03

16.2. Diferimentos

As rubricas de diferimentos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são detalhadas conforme segue:

Descrição	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	8 559,84	6 464,75
Outros gastos diferidos	2 909,30	11 339,27
Total	11 469,14	17 804,02
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		
Total	0,00	0,00

16.3. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Outros rendimentos e ganhos", detalha-se como segue:

Descrição	2014	2013
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	36,66	0,01
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em sub., assoc. e emp. conj.		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financ.		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financ.	2 336,23	150,00
Outros	174,08	4 128,61
Juros, dividendos e rendimentos similares	63,43	141,52
Total	2 610,40	4 420,14



16.4. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "fornecimentos e serviços externos", detalha-se como segue:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	240,00	13 890,72
Serviços especializados	57 929,38	74 795,85
Materiais	11 506,78	13 138,99
Energia e fluidos	19 604,21	23 498,23
Deslocações, estadas e transportes	2 425,10	6 196,43
Serviços diversos	78 042,48	91 850,55
Total	169 747,95	223 370,77

16.5. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Gastos com pessoal", detalha-se como segue:

Descrição	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	51 918,55	51 924,80
Remunerações do pessoal	327 712,75	395 790,56
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações	14 464,47	76,78
Encargos sobre remunerações	81 098,16	99 944,10
Seguros de acidentes no trabalho e doença profissional	3 187,31	2 954,00
Gastos de acção social	11 819,26	12 610,36
Outros gastos com o pessoal	75,00	261,00
Total	490 275,50	563 561,40

No presente período, o número médio de trabalhadores que a Medibroker teve ao seu serviço foi de 16 pessoas (em 2013 tinha sido de 19).

16.6. Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "Outros gastos e perdas", detalha-se como segue:

Descrição	2014	2013
Impostos	16 130,18	17 360,18
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		7 700,45
Outros	9 109,90	43 076,03
Total	25 240,08	68 136,66

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

17.1. Autorização para emissão

As presentes demonstrações financeiras foram nesta data aprovadas pela Administração e serão submetidas a apreciação e eventual aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral a realizar para o efeito.



17.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Não ocorreram factos que de alguma forma possam desvirtuar ou alterar a informação económica e financeira que se pretende prestar a todos os interessados.

18. RESULTADO POR ACÇÃO

O resultado por acção foi determinado conforme se segue:

Descrição	2014	2013
Resultado líquido	3 394,32	-20 543,82
Nº médio ponderado de acções em circulação	50,000	50,000
Resultado por acção básico	0,07	-0,41

19. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, informa-se que em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Medibroker não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Nos termos do DL 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, a Administração informa que os honorários totais facturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais ascenderam a 3.600,00. Não foram facturados quaisquer honorários relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade, consultoria fiscal ou outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

De acordo com os artigos 66º C a 66º L do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), que fomenta o recurso ao autofinanciamento pelas empresas em detrimento do financiamento alheio, facultado pelo Estado português e que se denomina por "Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos" – DLRR. O benefício aplica-se às despesas de investimento efetuadas entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014, que entrem em funcionamento ou utilização até ao final de 2014.

O valor do benefício fiscal a conceder corresponde a uma dedução à coleta de IRC no montante até 10 % dos lucros retidos que sejam reinvestidos em aplicações relevantes, no prazo de dois anos contado a partir do final do período de tributação a que correspondam os lucros retidos.

Essa dedução será efetuada na liquidação de IRC respeitante ao período de tributação de 2014 e até à concorrência de 25 % deste imposto.

O valor do incentivo fiscal foi no montante de 554,04 euros, tendo sido deduzido no período de 2014 o montante de 286,18 euros.

20. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

Excepto quando mencionado outra unidade, os valores numéricos referidos nestas notas são apresentadas em euros.

**20.1. Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações**

A Medibroker reconhece o rendimento/remunerações de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece as comissões auferidas das Empresas de seguros apenas quando se verifica sua cobrança ou quando são disponibilizadas pelas mesmas, respeitando o princípio da especialização do exercício.

Os recibos em cobrança confiados pelas Empresas de seguros à Medibroker, para que esta proceda à sua cobrança, não são objecto de tratamento contabilístico. Apenas originam movimentos contabilísticos após a sua cobrança.

Todas as remunerações relativas a prestações de contas às seguradoras efectuadas até 31 de dezembro de 2014, estão devidamente reflectidas nas nossas contas deste período.

20.2. Remunerações recebidas

Comissões	741 625,62
Honorários	0,00
Outras remunerações	0,00
TOTAL	741 625,62

Nota: A Medibroker apenas recebeu remunerações em numerário.

20.3. Remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados pela Medibroker

20.3.1. Desagregados por ramo vida e não vida

Empresas de seguros	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Total
Comp. de Seguros Fidelidade-Mundial, S. A.	721,55	105 820,66	106 542,21
Império Bonança – Comp. de Seguros, S. A.	205,91	3 401,56	3 607,47
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.		87 042,01	87 042,01
Zurich Insurance		21 162,20	21 162,20
Victoria – Seguros, S. A.		41 810,55	41 810,55
Comp. de Seguros Tranquilidade, S. A.		108 197,20	108 197,20
Zurich – Companhia de Seguros Vida, S. A.	3 336,80		3 336,80
Generali – Companhia de Seguros, S. A.		64 999,41	64 999,41
Generali Vida – Companhia de Seguros, S. A.	2 957,22		2 957,22
Real Vida Seguros, S. A.	2 046,62		2 046,62
Companhia de Seguros Açoreana, S. A.	485,28	18 841,63	19 326,91
Axa Portugal – Comp. Seguros de Vida, S. A.	5 895,04		5 895,04
Axa Portugal – Companhia de Seguros, S. A.		108 920,60	108 920,60
Comp. de Seguros Allianz Portugal, S. A.		33 979,49	33 979,49
Eurovida – Comp. de Seguros de Vida, S. A.	1 062,99		1 062,99
Macif Portugal, Comp. de Seguros, S. A.		560,23	560,23
AIG Europe Limited		9 562,94	9 562,94
Groupama Seguros, S. A.		64,75	64,75
Liberty Seguros, S. A.		18 482,34	18 482,34
T-Vida – Companhia de Seguros, S. A.	3 002,05		3 002,05
Groupama Seguros de Vida, S. A.	9,00		9,00
Média – Comp. Port. Seguros de Saúde, S. A.		1 235,56	1 235,56
Mapfre Seguros Gerais, S. A.		7 666,29	7 666,29
Victoria – Seguros de Vida, S. A.	2 677,92		2 677,92
Ocidental – Comp. Port. de Seguros, S. A.		55 119,47	55 119,47
Innovatisk, Lda		13 000,00	13 000,00
Mapfre Vida	375,68		375,68
Europ Assistance		111,31	111,31
GI Insurance Portugal, S. A.		3 753,04	3 753,04
TOTAL	22 776,06	703 731,24	726 507,30

20.3.2. Desagregados por origem

Empresas de seguros	726 507,30
Outros mediadores	15 118,32
Outros clientes	0,00
TOTAL	741 625,62

20.4. Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

AXA PORTUGAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	14,99%
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S. A.	14,89%
COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE-MUNDIAL, S. A.	14,66%
LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	11,98%
GENERALI – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	8,95%
OCIDENTAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	7,59%
VITORIA SEGUROS, S. A.	5,76%

20.5. Valores das contas clientes

Saldo inicial	Movimentos a débito	Movimentos a crédito	Saldo Final
56 816,63	3 924 308,68	3 878 705,05	102 420,26

A Medibroker movimenta os fundos recebidos dos tomadores de seguros para entregar às Empresas de seguros através de uma conta específica "conta clientes" do banco popular.

20.6. Contas a receber e a pagar

	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguros	59 897,93	2 760,83
Empresas de seguros	36 403,88	145 285,46
Outros mediadores	0,00	4 385,38
Clientes	0,00	0,00
TOTAL	96 301,81	152 431,67

No saldo bruto de contas a receber de tomadores de seguros no valor de 59 897,93, não está reflectida a imparidade no valor de 7 065,05.

20.7. Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as Empresas de seguros para pagamento de prêmios	0,00	653,43
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as Empresas de seguros para pagamento de prêmios de seguro	0,00	145 285,46
Fundos que lhe foram confiados pelas Empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0,00	0,00
Remunerações respeitantes a prêmios de seguro já cobrados e por cobrar	36 403,88	0,00
Outras quantias	59 897,93	6 492,78
TOTAL	96 301,81	152 431,67

20.8. Idade das contas a receber vencidas à data de relato

Contas a receber sem imparidade

	Até 90 dias	>90 e <180 dias	>180 e <270 dias	>270 dias	TOTAL
Tomadores de seguros	16 174,72	35 353,38	405,94	898,84	52 832,88
Empresas de seguros	36 403,88	0,00	0,00	0,00	36 403,88
Outros mediadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	52 578,60	35 353,38	405,94	898,84	89 236,76


Contas a receber com imparidade

	Até 90 dias	>90 e <180 dias	>180 e <270 dias	>270 dias	TOTAL
Tomadores de seguros	0,00	0,00	0,00	7 065,05	7 065,05
Empresas de seguros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros mediadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	7 065,05	7 065,05

20.9. Garantias colaterais

Não aplicável.

20.10. Transmissões de carteiras de seguros

Não aplicável.

20.11. Contratos cessados com Empresas de seguros e indemnizações de clientes

Não aplicável.

20.12. Natureza de obrigações materiais

Não aplicável.

20.13. Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

AXA PORTUGAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	14,99%
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S. A.	14,89%
COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE-MUNDIAL, S. A.	14,66%
LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	11,98%
GENERALI – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	8,95%
OCIDENTAL – COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.	7,59%
VITORIA - SEGUROS, S. A.	5,76%

20.14. Valor dos fundos recebidos pelo corretor

Transferência de valores (prêmios) para entrega às Empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança	0,00
--	------


O Técnico Oficial de Contas


A Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de MEDIBROKER – Corretor e Consultor de Seguros, S.A., com sede no concelho de Guala, as quais compreendem o Balanço em 31 Dezembro 2014 (que evidencia um total de 553.267 euros e um total de capital próprio de 39.610 euros, incluindo um resultado líquido de 3.394 euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão e Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de MEDIBROKER – Corretor e Consultor de Seguros, S.A., em 31 Dezembro 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para o facto de, no exercício anterior, a sociedade ter procedido à alteração da política contabilística de mensuração dos ativos intangíveis relacionados com a aquisição de carteiras de clientes, tendo procedido à reversão das amortizações acumuladas, no valor de 91.977 euros, não cumprindo o disposto na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, que prevê o ajustamento por Resultados Transitados. Esta situação, que afeta os comparativos, foi objeto de reserva na Certificação Legal das Contas emitida no exercício anterior, deixando de ter aplicação no exercício.

Porto, 19 MAR 2015

(Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão, ROC 148), em representação de
Álvaro, Falcão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários vem o Fiscal Único de MEDIBROKER – Corretor e Consultor de Seguros, SA, com sede no concelho de Gala, apresentar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração em relação ao exercício findo em 31 Dezembro 2014.

1. Procedemos, nos termos dos artigos 420, 421 e 422 do Código das Sociedades Comerciais:

- à fiscalização dos atos da Administração, através de reuniões e consulta de atas, e dos elementos de contabilidade e das informações e esclarecimentos obtidos da mesma e dos serviços;
- à verificação da observância da lei e do cumprimento do contrato da sociedade;
- à verificação periódica, com a profundidade e extensão consideradas adequadas nas circunstâncias, da atividade e dos negócios da sociedade, documentos, regularidade dos registos e livros de escrituração, bem como da existência dos principais ativos;
- à avaliação sobre se as políticas contabilísticas e critérios de valorimetria/mensuração adotados pela sociedade estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- à avaliação da eficácia do sistema de controlo interno implementado pela Administração;
- à fiscalização do processo de preparação e divulgação da informação financeira;
- à verificação da exatidão do Balanço, da Demonstração dos resultados por naturezas, da Demonstração das alterações no capital próprio, da Demonstração dos fluxos de caixa do exercício, e do respetivo Anexo;
- à apreciação do Relatório de Gestão emitido pela Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele inserta.

2. A ação fiscalizadora desenvolvida permite-nos concluir que:

- os atos da Administração do nosso conhecimento salvaguardam o cumprimento da lei e do contrato da sociedade;
- a atuação do sistema de controlo interno implementado pela Administração afigura-se-nos adequada e eficaz no controlo dos riscos a que a sociedade está exposta;

- a contabilidade e as contas satisfazem as disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, e, tendo em atenção o exposto na ênfase da Certificação Legal das Contas, refletem a atividade desenvolvida e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da sociedade;
- o Relatório de Gestão é concordante com as contas apresentadas e expõe com fidelidade a evolução da atividade e dos negócios no exercício;
- a proposta de aplicação de resultados é adequada e encontra-se devidamente fundamentada.

3. Podemos assim declarar:

- nos termos do nº 6 do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, e, tendo em atenção o exposto na ênfase da Certificação Legal das Contas, a nossa concordância com o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2014 apresentadas pelo Conselho de Administração;
- nos termos da alínea c) do artigo 245 do Código dos Valores Mobiliários, que tanto quanto é do nosso conhecimento, e, tendo em atenção o exposto na ênfase da Certificação Legal das Contas, a informação financeira divulgada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta;
- que emitimos neste data a nossa Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase.

4. Nesta conformidade, tendo em conta as ações levadas a cabo, somos de parecer que:

- seja aprovado o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2014 apresentados pela Administração;
- seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão;

Porto, 19 MAR 2015

(Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão, ROC 148), em representação de
Álvaro, Falcão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.